

A experimentação e a reforma curricular

Maria José Costa

Depois de inúmeras diligências consequentes à publicação da Lei nº 46/86, mais conhecida por Lei de Bases do Sistema Educativo, tudo fazia crer que esta reforma iria ser um sucesso: tantos pomenores pensados e discutidos abertamente por todos os directamente implicados no ensino (alunos, pais e professores) desde o início de 1987, levavam a ter esperança que desta vez se iniciava uma reforma total, completa e inovadora.

A formação de professores

Uma das teses mais defendidas pelos obreiros da reforma dizia — citando livremente — que nenhuma reforma vence contra a vontade dos professores. Ora uma das maneiras de levar os professores a quererem uma reforma é prepará-los científica e metodologicamente para que, sentindo-se eles em segurança nestes aspectos, possam encarar com mais confiança os problemas que a mudança lhes vai trazer. Mas a preparação que os professores tiveram para esta experimentação limitou-se, em alguns casos, a uma semana de apresentação dos novos programas, semana essa que exigiu um trabalho intensivo quer da parte de quem o orientou quer da parte de quem o recebeu mas que não terá dado grande proveito devido a diversos factores. Identificando alguns deles, citaria a data em que ela se realizou; de facto, receber oficialmente o programa e ouvir as sugestões para a sua utilização na semana imediatamente anterior ao início do ano lectivo, tem no mínimo como consequência a falta de tempo: para planificar o novo programa, para elaborar materiais destinados aos alunos e para o próprio professor se preparar adequadamente.

A organização da escola

Se a ausência de materiais adequados quer para alunos quer para professores já é uma dificuldade que os professores têm de ultrapassar no dia a dia, ainda foi necessário adaptar a escola às exigências dos novos planos curriculares. Numa escola há já algum tempo a lutar com falta de espaço para albergar todos os alunos que a procuram e as respectivas preferências, foi necessário inventar espaço e tempo para que os professores se reunam entre si ou com os colegas experimentadores das outras escolas e respectivos acompanhantes, e até com os alunos com vista à planificação das actividades a realizar no âmbito da chamada “área escola”. Por outro lado os novos planos curriculares incluem disciplinas que exigem equipamento próprio que as escolas não dispõem (algum do qual ainda agora esta escola, repito, acolhendo desde o passado ano lectivo a experimentação dos novos planos curriculares, não dispõe); noutras disciplinas, sobretudo nas do 10º ano, há desfazamento entre o que os alunos podem fazer e o que o programa exige que sejam capazes.

Acresce ainda referir que a precipitação do lançamento dos novos planos fez com que o Ministério descursasse um aspecto fundamental de qualquer binómio ensino/aprendizagem: a avaliação. Não foi criado um sistema de avaliação compatível com a filosofia subjacente aos novos currículos (é verdade que os professores tiveram que se debruçar sobre uma proposta mas que nada tinha a ver com o espírito da reforma e além disso sem preocupações de implementação) ficando ainda a decisão da organização de registos, que permitissem uma avaliação consentânea com os princípios

Desde o passado ano lectivo que a Escola Secundária Augusto Gomes aceitou o desafio lançado pela DREN de experimentar os novos currículos. E após quase ano e meio de experimentação, que balanço fazer? Que esperança para a generalização?

orientadores insertos nos programas e nos documentos enquadradores da reforma, à responsabilidade dos professores e da escola.

Por tudo, viram os professores os seus horários altamente sobrecarregados, pois a redução semanal de três horas é manifestamente insuficiente para reuniões de preparação, de adaptação dos programas aos conhecimentos que os alunos trazem ou de balanço, para a elaboração de materiais adequados aos novos programas, para a área escola e também para a actualização de que o professor tanto necessita.

Os apoios

Será difícil encontrar uma fórmula global quanto ao apoio prestado quer pelos chamados textos de apoio editados pelo Ministério quer pelos chamados Professores acompanhantes, uma vez que aí cada grupo será um caso. Mas não posso deixar de lamentar que tenha de ser o professor e o aluno a sustentar a reforma: os alunos são obrigados a adquirir textos de apoio e os professores têm de suportar toda a despesa da sua actualização, valendo-se tantas vezes de materiais publicados noutros países e vendidos a preços talvez suportáveis pelos salários dos países respectivos mas bastante menos suportáveis pelos nossos. Hoje em dia qualquer editor livreiro colabora com o professor oferecendo as suas edições ou criando preços especiais para os livros não adoptados pela escola; mas este exemplo não é seguido pelo Ministério nem em materiais de apoio nem de organização curricular: que o professor que quer mudar de escola pague do seu bolso o boletim do concurso, ainda admito, mas já entendo que o professor não deve sustentar a reforma nem tão pouco ser obrigado a comprar os textos de apoio e os programas ao mesmo preço que qualquer cidadão nacional ou estrangeiro que se queira inteirar do andamento da reforma. Apesar da Escola ser facilitadora tanto quanto, creio, o seu parco orçamento lhe permite, sinto-me a subsidiar a experimentação de um modo directo, isto é: para além dos impostos que anualmente pago!

A generalização

As perspectivas para a generalização dos novos planos curriculares anunciada para o próximo ano lectivo, não são, a meu ver muito animadoras*.

Sem pretender fazer futurologia interrogo-me: como vai o Ministério da Educação conseguir a preparação adequada dos professores de todas as escolas do país se não o conseguiu nas escolas em que lançou a respectiva experimentação? Como vai equipar todas as escolas do país, se não conseguiu equipar devidamente as poucas escolas que acolheram a experimentação? Estará o Ministério da Educação a pensar que o tempo que mediar entre o início da experimentação e da generalização dos novos programas é suficiente para todos os professores de norte a sul do país se prepararem para a respectiva implementação? Terá a consciência do que representa leccionar 22 horas semanais, preparar lições, elaborar e corrigir testes, participar em diferentes reuniões sectoriais de escola, receber encarregados de educação, etc. etc, e simultaneamente estudar para leccionar os outros programas no ano lectivo seguinte? E ... será legítimo que tenha essas expectativas?

Os frutos da experimentação

E a experimentação?

A única certeza que me resta é que ficará com quem a fez. Passo a explicitar esta opinião e, sem pretender generalizar aos outros grupos disciplinares as ocorrências do meu, tenho, obviamente, de recorrer à minha experiência pessoal.

Das duas vezes que os autores dos programas de Matemática do Ensino Secundário ouviram a opinião dos experimentadores, directamente ou por intermédio dos professores acompanhantes para os novos programas, resultaram alterações. Mas apenas foi experimentada uma parte do programa de 10º ano e além disso com alunos trazendo a preparação que os programas do chamado curso unificado lhes forneceu mas não a preparação que trariam se tivessem frequentado o ensino básico após a escolaridade ilustrada pelos planos curricula-

res; por isso as alterações que surgirem como consequência da experimentação são-no, não de todo o programa como seria de desejar, aplicado com a base que o próprio programa prevê, em conteúdos e métodos, mas apenas da utilização de uma pequena parte desse mesmo programa; no total das modificações, algumas não são mais do que o reflexo destas no 10º ano ou nos outros anos, tal como se sente o efeito de uma onda sísmica: tanto menores quanto mais nos afastamos do epicentro do abalo.

Hoje, apesar de ainda decorrer a chamada experimentação dos programas dos 8º e 11º anos e a dos 9º e 12º anos ainda não se ter iniciado, os novos programas estão, na sua maioria, publicados em Diário da República; as equipas de autores de manuais escolares já trabalham afincadamente para apresentarem ao público consumidor a sua leitura do programa, o que faz com que tudo tenha um carácter mais definitivo do que a palavra experimentação quer significar. E no próximo ano lectivo lá estará a generalização dos novos planos curriculares a todas as escolas do país independentemente, por exemplo, do resultado que o final do 10º ano, pudesse aconselhar ou a experimentação do mesmo programa recomendasse tendo por base a preparação do chamado 3º ciclo do Ensino Básico; e são alargados a todo o país os programas que se dizem testados mas em que a maioria dos casos se limitam a ser feitos por quem há muito não sai de um gabinete para trabalhar com alunos, isto é, feitos por teóricos que em tempos trabalharam com os alunos e até terão obtido resultados fabulosos, mas nesses tempos, com alunos desses tempos! E esses programas vão ser apoiados por manuais feitos por quem, eventualmente, nunca trabalhou os novos programas!

E os colegas menos avisados nestas coisas, deixar-se-ão conduzir durante anos pelos manuais editados, seguindo a interpretação que outros fizeram, opinando sobre um programa que nunca leram...

Será a generalização dos programas feitos por teóricos e apoiada por manuais feitos por teóricos da experimentação que ficará a perdurar no tempo até que

um novo Ministro da Educação se debruce e se interesse por estas coisas e reinicie uma nova reforma. E enquanto o ano de 1986 ficará na História da Educação em Portugal por nele ter ocorrido o lançamento da lei de bases que se preocupava com a educação do jovem que seria adulto no século XXI, nós, ora actores ora testemunhas de todos os acontecimentos desde os primeiros ditos e escritos sobre a reforma em curso, mesmo que já não lembremos detalhadamente todos os pormenores da reforma iniciada pelo ministro Roberto Carneiro, acabaremos por reconhecer que o alcance desta reforma não foi previsto.

Enfim!... Haverá de sobra para exclamar "a montanha pariu um rato!..."

Maria José Costa

Escola Secundária Augusto Gomes

* Este artigo foi-nos entregue antes da decisão ministerial de adiar por um ano a generalização dos programas do secundário. A intenção do Ministério é que os programas já publicados não sofram qualquer alteração, como foi prometido aos editores dos manuais escolares. As oportunas e interessantes considerações da nossa colega Maria José Costa mantêm-se infelizmente actuais (N.R).

Problema do trimestre (continuação da pág. 31)

Por este processo bastam 18 tentativas em vez de 204 para resolver o problema!

Aparecem então os seguintes casos possíveis:

k	1	6	35	204
n	1	8	49	288

Para se chegar à solução, é preciso entrar em linha de conta com a última informação — que é ambígua, como salienta Orlando Freitas, do Funchal.

A este respeito, Helena Rocha tece as seguintes considerações:

- com uma só casa nem chegamos a ter uma praça, portanto não é esse o nº da casa da Edite;

- com 8 casas já podemos ter uma praça mas certamente que não será grande, portanto não é no nº 6 que a Edite mora;

- com 49 casas já temos uma grande praça; será que a Edite mora no nº 35?

- com 288 casas a praça já se pode considerar enorme.

António Amaral vai mais longe: "Admitindo como razoável que o comprimento médio da frente de cada casa é de 10 metros, para $n=8$, $n=49$ e $n=288$ obtemos, respectiva e aproximadamente, um diâmetro para a praça de 25, 156 e 917 metros e sugiro que o admirador da Edite enderece a carta ao nº 35."

Finalmente, Pedro Esteves mandou-nos a resposta em verso! Transcrevemos a parte final:

"E prometendo voltar
aos números
que de tal modo o admiraram,
dirigiu-se o admirador
de Edite
ao número 35 da praça
de S. Marcos."

José Paulo Viana

Diário do Profmat 92

Os trabalhos relativos à organização do nosso encontro deste ano continuam em bom andamento. Depois das Sessões Plenárias e das Sessões Temáticas, chegou a vez da comissão organizadora ir bater à porta dos potenciais responsáveis dos Painéis e dos Grupos de Trabalho.

Quanto à participação activa, transcreve-se uma lista, referente a 15 de Julho, de onde se pode tirar o calor dos números.

Inscritos no Profmat: 875

Acompanhantes: 22

Participações activas:

- comunicações orais: 27
- comunicações em cartaz: 4
- sessões práticas: 19
- participação na Feira de Ideias e Materiais: 10

Inscritos nos cursos: 304

Apesar de ainda faltar algum tempo para expirar o segundo prazo de inscrição (já com multa até 10 de Setembro), os lugares ainda em aberto não são muitos. se tenciona ir inscreva-se já e não fique sujeito a ver recusada a sua inscrição ou ter de aguardar a desistência de alguém.

As participações activas, considerando que alguns dos inscritos até à data ainda não enviaram as fichas de participação, são em número francamente animador, assim como o número de acompanhantes, tudo se conjugando para que o Profmat seja, mais uma vez, um momento importante para todos os que puderem estar presentes.

Boas férias e até Viseu.

